



Cavaco Silva visitou as Ilhas Selvagens no passado mês de julho

## Governo ainda está a preparar resposta à ONU sobre Selvagens

**Diplomacia.** Portugal rejeita argumentos de Espanha sobre estatuto e ZEE daquelas ilhas

MANUEL CARLOS FREIRE

O Governo ainda está a preparar a resposta oficial, a entregar junto da ONU, à recusa da Espanha de qualificar as Selvagens como ilhas e em reconhecer a existência da respetiva Zona Económica Exclusiva (ZEE).

A informação foi dada ontem ao DN pela assessora de imprensa do ministro dos Negócios Estrangeiros, Francisca Seabra, adiantando que o texto será dado a conhecer pelas Nações Unidas (através do respetivo *site*).

Em causa está, como o DN noticiou no domingo, o entendimento da Espanha quanto à qualificação daquelas ilhas como tal – pois vê ali “rochas”, com o correspondente “mar territorial” de 12 milhas (em vez das 200 milhas da ZEE) – e à existência de uma ZEE em seu redor.

A vingar o entendimento de Madrid, expresso na mesma altura em que se agudizou a relação entre a Espanha e o Reino Unido sobre o estatuto de Gibraltar, a redução da ZEE portuguesa na área em questão resultaria no correspondente acréscimo da ZEE espanhola (e sobre os recursos ali existentes).

A posição espanhola foi oficialmente entregue à ONU no início de julho, duas semanas antes da visita do Presidente da República às ilhas Selvagens. Num documento da Missão Permanente de Espa-

nha junto das Nações Unidas, afirma-se que Madrid “não aceita que as ilhas Selvagens façam a gestão da ZEE” que lhe está afeta.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros informou na segunda-feira que estava a preparar um documento para “reiterar, por escrito, a posição de Portugal junto da ONU, como fez em 2009”.

A reclamação entregue pela Espanha junto da ONU também abrange o pedido de Portugal para alargamento da sua plataforma continental para as 350 milhas náuticas, ao abrigo da Convenção da ONU sobre o Direito do Mar e desde que faça prova de haver um prolongamento natural do território submarino.

Nesse sentido, Portugal criou há anos uma Estrutura de Missão com esse objetivo. Lisboa já apresentou e defendeu formalmente a sua pretensão ao alargamento da sua plataforma continental junto da ONU, esperando-se uma resposta até 2015.

Pedro Quartín Graça, que está a preparar uma tese de doutoramento sobre as ilhas Selvagens, disse ao DN que a posição assumida por Espanha cria uma situação que “é grave e não pode deixar de merecer uma pronta reação diplomática do Governo português no sentido da reafirmação da qualificação jurídica daquele território como ilha. O conflito foi reaberto” e “contraria a Convenção” da ONU sobre o direito do mar, frisou o académico. **com LÍLIA BERNARDES**